

O QUE FIZERAM COM A GENTE? IDENTIDADE PARDA, RACISMO E O DIREITO DE SE RECONHECER NEGRA PARDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE AFRODIASPÓRICA

Daniela Souza Torres¹

RESUMO: Este artigo analisa a complexa construção da identidade “negra parda” no Brasil, argumentando que a compreensão e validação desta identidade são cruciais para promover práticas educativas mais inclusivas e equitativas. A categoria “pardo”, historicamente produzida pela administração colonial portuguesa, é examinada em seu papel no projeto de embranquecimento nacional e seus efeitos na construção subjetiva e racial de indivíduos pardos, frequentemente racializados como negros no cotidiano. Dialogando com autores como Carneiro, Gonzalez, Munanga e Fanon, discute-se como a identidade parda se tornou um campo de disputa entre a colonialidade e a possibilidade de uma negritude plural. A pesquisa, situada no campo das epistemologias afrodiaspóricas, valida o corpo negro pardo como território de produção de conhecimento, resistência e reexistência, rompendo com a tecnologia histórica de apagamento e controle.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade parda; Racismo; Negritude; Colonialidade; Afrodiáspora.

ÁREA TEMÁTICA: 4. Corpo, Gênero e Subjetividades

INTRODUÇÃO

A classificação racial no Brasil constitui um complexo sistema de poder, definindo possibilidades de existência, reconhecimento e nomeação. A categoria "pardo", central nesse sistema, emerge como um território ambíguo e disputado. Originada na administração colonial, essa classificação operou e continua a operar como mecanismo de embranquecimento, controle populacional e apagamento dos vínculos africanos. Munanga (2019) argumenta que o vocabulário racial brasileiro foi historicamente moldado para sustentar a hierarquia colonial, diluindo a presença negra em gradações rumo à branquitude. Essa lógica, embora presente em outros países latino-americanos (Quijano, 2005), assume características particulares no Brasil, tornando o termo "pardo" um revelador das tensões nacionais entre raça, identidade e projeto de nação.

Este artigo analisa a identidade parda como construção histórica e política, intrinsecamente ligada à colonialidade. Em diálogo com autores como Carneiro (2005),

¹ @negraparda – Educadora independente (BR), Salvador, BA. <http://lattes.cnpq.br/7200556238765534>

Gonzalez (1988), Fanon (2008) e Mbembe (2017), busca-se demonstrar que "pardo" não se originou como identidade cultural, mas como ferramenta estatal de classificação, vigilância e controle racial. Nesse contexto, a experiência individual da autora, enquanto mulher negra parda, intersecciona-se com a história coletiva. O processo de reconhecimento da própria identidade racial, marcado pela desconstrução de narrativas opressoras e pelo enfrentamento de instituições que negavam o pertencimento, reflete a trajetória de inúmeros brasileiros inscritos como "pardos" nos documentos, mas racializados como negros na vida cotidiana.

O presente artigo, portanto, explora a pergunta central: o que fizeram com a gente? Investigando, em termos acadêmicos, como a invenção colonial do "pardo" moldou identidades, subjetividades, políticas educacionais e projetos de nação, e como é possível desconstruir esse legado, reivindicando a negritude parda como potência política e resistência epistemológica. Para tanto, a análise se estrutura em quatro eixos: (1) a gênese colonial da categoria "pardo" e seu papel no projeto de embranquecimento; (2) as disputas teóricas e políticas sobre identidade parda e negritude, em diálogo com o pensamento negro; (3) a análise da experiência de racialização, silenciamento e letramento racial a partir de uma perspectiva autoetnográfica; e (4) a defesa da negritude parda como força política, epistemológica e ética para o século XXI.

OBJETIVO

O objetivo central deste artigo é analisar a complexa construção histórica, política e subjetiva da identidade parda no Brasil, compreendendo-a como um produto da colonialidade persistente e como um campo de disputa contemporâneo fundamental na luta antirracista.

Os objetivos específicos são:

- Desconstruir a noção de "pardo" como identidade cultural espontânea: Demonstrar que a categoria "pardo" é uma construção colonial imposta, desvinculando-a de interpretações que a consideram uma expressão genuína de diversidade.
- Analisar os impactos psicossociais da classificação "pardo": Investigar os efeitos psicológicos, sociais e institucionais da categoria, incluindo a internalização do racismo, o silenciamento identitário e a exclusão de oportunidades.
- Articular teoria e experiência: Integrar a análise teórica com a análise de experiências concretas de apagamento racial, frequentemente silenciadas ou minimizadas, através da abordagem autoetnográfica.
- Afirmar a legitimidade da identidade negra parda como resistência: Validar a identidade negra parda como uma reconstrução política, crítica e de enfrentamento ao racismo, um

ato de resistência que desafia as estruturas de poder e busca um futuro mais justo e igualitário.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, crítica e interpretativa, que combina a revisão bibliográfica com a autoetnografia (Ellis, Adams & Bochner, 2011). A autoetnografia é utilizada como escolha metodológica e epistemológica, compreendendo a trajetória da pesquisadora como parte constitutiva da materialidade do fenômeno investigado, e não apenas como ilustração. A experiência pessoal, portanto, é validada como fonte legítima de conhecimento sobre a construção da identidade parda e os processos de racialização no Brasil.

Os relatos autoetnográficos foram selecionados a partir de dois critérios principais: (a) episódios que explicitam as tensões entre a identidade parda e os processos de racialização vivenciados; e (b) situações institucionais que evidenciam práticas de silenciamento, violência simbólica ou resistência experimentadas por pessoas negras pardas.

A utilização da autoetnografia permite acessar a dimensão subjetiva da racialização, frequentemente negligenciada na linguagem acadêmica tradicional. Ao inscrever a experiência negra parda como conhecimento válido, a pesquisa desafia as hierarquias que historicamente marginalizaram as vozes negras e ameríndias, articulando as vivências cotidianas com as estruturas de poder. Para garantir o rigor ético da pesquisa, são observados os seguintes princípios: preservação do anonimato, utilização de nomes fictícios quando necessário, e proteção das identidades envolvidas.

A análise dos dados se estrutura em torno de três eixos complementares:

- Colonialidade da classificação parda: Análise das origens administrativas, implicações epistemológicas e vínculos com o projeto de embranquecimento.
- Experiência social de racialização: Investigação de como os corpos "pardos" são lidos e atravessados pelo racismo cotidiano, contrastando a classificação oficial com a vivência real.
- Reexistência política da negritude parda: Exame das estratégias de afirmação, deslocamento crítico e reconstrução subjetiva que desafiam a lógica colonial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A Invenção Colonial do “Pardo”: Uma Herança de Apagamento

A categoria "pardo" não emergiu de forma orgânica na sociedade brasileira, sendo imposta como um decreto colonial. Reis (2022) e Schwarcz (2019) demonstram que ela surge

nos inventários, registros de batismo e listas administrativas da colônia como um dispositivo de distinção, visando ordenar e controlar o intrincado sistema colonial de castas. No Brasil, "pardo" está intrinsecamente ligado a outras denominações coloniais, como mameluco, cafuzo e mulato, carregadas de preconceitos e estereótipos, mas marcadas pela lógica da miscigenação como tecnologia de controle. Essas classificações, mais do que meras descrições, eram profundamente políticas, definindo o acesso a direitos básicos, o tipo de trabalho compulsório, os impostos e o nível de vigilância. A cor da pele, portanto, era um passaporte para a liberdade ou para a escravidão.

Essa lógica de controle persistiu nos séculos XIX e XX, quando o Estado brasileiro converteu a categoria "pardo" em peça-chave de seu projeto de embranquecimento, alinhado com teorias raciais pseudocientíficas europeias. Hasenbalg (1979) e Munanga (2019) destacam que o objetivo era duplo: diluir a presença africana na formação nacional e produzir uma narrativa de harmonia racial, ignorando a violência estrutural. A colonialidade, portanto, não se limitou a classificar corpos, mas "inventou" destinos, moldou subjetividades e limitou vidas. Fanon (2008) argumenta que o corpo negro é interpretado antes de ser visto, carregando uma história de opressão. No Brasil, o corpo pardo foi interpretado como "meio caminho", "mistura", "ambiguidade", um corpo incompleto. Na prática, tratava-se de um corpo negro submetido a um rótulo estatal para "maquiar" sua negritude e torná-lo palatável à elite branca.

2. Quando a Pele Conta a História Antes do Nome: A Racialização Cotidiana

Enquanto a classificação oficial é ambígua, a experiência social é inequívoca. Estudos empíricos comprovam que pessoas registradas como "pardas" são consistentemente racializadas como negras nas práticas sociais, educacionais e institucionais. Telles (2004) demonstra que os indicadores de mobilidade social dos "pardos" se aproximam dos "pretos" e não dos "brancos", revelando que a discriminação racial opera pela leitura fenotípica, e não pela categoria censitária.

Osorio e Soares (2021) mostram que, em contextos urbanos brasileiros, pessoas classificadas como pardas sofrem com os mesmos índices alarmantes de violência policial, sub-representação no ensino superior e disparidades salariais do grupo negro. A pele, portanto, revela a história do racismo, enquanto o Estado cria categorias artificiais para obscurecer a realidade. A experiência da autora com um companheiro em uma entrevista de emprego ilustra a persistência do racismo velado, onde a expectativa racial molda oportunidades e perpetua estereótipos.

Enquanto os documentos oficiais tentam separar "pretos" e "pardos", a vida material os une sob a experiência do racismo estrutural, que não faz distinção entre as nuances da cor da

pele. O racismo os vê como parte de um mesmo grupo, sistematicamente marginalizado, oprimido e violentado.

3. A Trajetória de Tornar-se Negra Parda: Apagamento, Ruptura e Reexistência

A identificação racial da autora foi atravessada por discursos de apagamento e pela pedagogia do embranquecimento, que ensinou a negar a própria negritude. A lógica perversa era herança de gerações que aprenderam que a sobrevivência em um mundo racista dependia de aproximar-se do ideal branco, negando traços fenotípicos que denunciassem a ancestralidade africana.

Esse processo evidencia a "inferiorização aprendida" descrita por Fanon, e o "racismo por omissão" de Carneiro (2005), que ensina pessoas pardas a rejeitar sua negritude, a se envergonhar da cor da pele, do cabelo e dos traços faciais. A autora relata horas tentando alisar o cabelo, buscando um ideal de beleza inatingível, sentindo-se culpada por não ser "branca o suficiente". O racismo internalizado aprisionou-a em uma teia de inseguranças, impedindo-a de abraçar sua verdadeira identidade. A pedagogia do embranquecimento ensinou-a a se odiar, mas uma fagulha de resistência impediu a completa alienação.

Na trajetória docente da autora, o racismo internalizado ganhou contornos institucionais. Ao trabalhar a obra "Olhos d'Água", de Conceição Evaristo, ela vivenciou um episódio de silenciamento, sendo afastada da turma sob justificativa formal, mas com um subtexto inegável: seu corpo pardo, sua voz negra, sua ousadia em falar de negritude, dor e resistência haviam causado incômodo. A dor da exclusão foi lancinante, abalando sua autoestima e paixão pela docência. Esse caso faz parte de um padrão de silenciamento institucional que afeta corpos negros pardos que desafiam as expectativas. Espera-se que o sujeito pardo ocupe o lugar do "não problemático", do "quase branco", daquele que não questiona o poder. Quando esse corpo se rebela, a resposta institucional é punitiva, visando manter a hierarquia racial e impedir o pleno potencial de pessoas negras pardas.

Assumir-se como mulher negra parda foi um processo longo e doloroso de atravessamento: reconhecer o apagamento, enfrentar estruturas e reconstruir-se politicamente. A leitura de Gonzalez (1988) foi decisiva, mostrando que sua experiência não era isolada, mas parte de uma história coletiva de resistência. A negritude parda é potência: um modo de existir, conhecer e transitar entre mundos. A trajetória da autora reflete a de milhares de pessoas rotuladas como "pardas", mas racializadas como negras no corpo, no tratamento social e na violência institucional. A comunidade negra foi essencial nesse despertar, ensinando-a a amar sua pele, cabelo e história. Ao tornar pública essa disputa nas redes, passou a confrontar narrativas que tentam separar "pardos" da negritude.

4. Parditude, Embranquecimento e Disputa de Narrativas: A Armadilha da Despolitização

A tentativa de construir a "parditude" como uma identidade autônoma, separada da negritude, merece análise cautelosa. Embora parte desses discursos busque reconhecer nuances da experiência racial brasileira, eles frequentemente retomam a lógica colonial de fragmentação, usada para enfraquecer a coletividade negra.

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma crescente tentativa de construir a "parditude" como uma identidade autônoma, separada da negritude. Parte dessas propostas argumenta que existem experiências "intermediárias" que não se enquadram na identidade negra, que a categoria "pardo" representaria vivências próprias de miscigenação, e que reconhecer a "parditude" ampliaria a pluralidade identitária no Brasil.

Embora motivadas pelo desejo de nomear experiências específicas, essas iniciativas apresentam problemas centrais. Primeiro, reproduz a fragmentação racial colonial ao separar grupos submetidos às mesmas violências estruturais. A ideia de uma identidade "parda" distinta da negra ignora que ambos são racializados como negros e enfrentam discriminação semelhante. Segundo, despolitizam a luta antirracista ao deslocar o foco da materialidade do racismo para debates identitários superficiais, enfraquecendo a ação política. Terceiro, reativam lógicas de embranquecimento ao sugerir que "pardo" não é negro, reforçando racismo internalizado e dificultando o orgulho identitário. Dados mostram que pretos e pardos compartilham condições sociais semelhantes e distantes das da população branca, exigindo um olhar interseccional.

Como lembra Gonzalez (1988), a pluralidade identitária não rompe o pertencimento negro, mas revela suas camadas. A identidade negra não é monolítica, manifestando-se de modos distintos conforme história, cultura e experiência. Mbembe (2017) alerta que a colonialidade se reinventa, separando politicamente quem a vida racial une pela experiência comum do racismo, uma estratégia sutil que enfraquece a coletividade negra. Reivindicar a identidade negra parda é, portanto, ato de resistência e afirmação. É disputar vocabulário, memória e linguagem, recusando ser peça de uma estatística criada para fragilizar a negritude. Não existe pardo neutro ou desracializado, existe pardo atravessado pelo apagamento. Desmantelar esse apagamento se faz no cotidiano, nas relações sociais, nos espaços de poder e nas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo demonstra, inequivocamente, que a categoria "pardo" não constitui uma identidade cultural espontânea, tampouco uma expressão genuína de pluralidade racial brasileira. Trata-se, primordialmente, de uma construção colonial, meticulosamente projetada para administrar, classificar e diluir corpos negros, controlar a população e perpetuar a hierarquia racial. A persistência dessa categoria ao longo dos séculos revela a força da colonialidade na organização racial do país e seu papel fundamental na manutenção do embranquecimento simbólico e na despolitização da experiência negra.

Ao incorporar elementos da trajetória pessoal, reconhece-se que o processo de tornar-se negra parda é simultaneamente íntimo e coletivo, individual e político. Envolve o enfrentamento do apagamento, a desobediência a narrativas estatais, a confrontação de instituições que promovem a neutralidade racial e a reivindicação do direito inalienável de existir como o corpo que se é, e não como o país racista deseja que se seja. A autoetnografia, nesse contexto, transcende a mera ferramenta estilística, configurando-se como um gesto político radical: tornar o vivido inteligível é romper com o silêncio imposto e reinserir a experiência negra parda como fonte legítima de conhecimento e forma de resistência epistemológica.

A afirmação da identidade negra parda não se configura como uma tendência efêmera, tampouco como uma tensão identitária artificialmente produzida pelas redes sociais. Representa, ao contrário, uma devolução histórica, uma reparação simbólica e um ato de justiça. É a recusa à fragmentação que serve aos interesses da branquitude e a reconexão com uma negritude ancestral que sempre existiu na vivência, ainda que negada no discurso dominante. Ecoando Sueli Carneiro, "nossa identidade é insistência", e essa insistência é sinônimo de sobrevivência, insurgência e um projeto coletivo de transformação social que visa a construir um futuro antirracista, onde todas as pessoas negras, pardas e pretas possam viver com dignidade, igualdade e liberdade.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. **Autoethnography: An Overview**. Forum Qualitative Research, v. 12, n. 1, Art. 10, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/48666999_Autoethnography_An_Overview. Acesso em: 22 dez. 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MBEMBE, Achille. **Política da Inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2019.

OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. **A cor da desigualdade**. Brasília: IPEA, 2021.

Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/4630df26-7a4b-482c-89fb-16a64c44e933/content>. Acesso em: 22 dez. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://www.liberdadeerevolucaoapopular.com.br/wp-content/uploads/2018/02/49715997-Colonialidade-do-poder-eurocentrismo-e-America-Latina-Anibal-Quijano.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2025.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TELLES, Edward E. **Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

TORRES, Daniela S. **A negra parda que me tornei: Minha jornada de letramento racial, resistência e reexistência**. Salvador, Brasil: Filos Editora, 2025.